

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA LGBT+**



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
CONSELHO LGBT**

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 17

PAUTAS: **1)** Apresentação dos novos membros do Conselho; **2)** Informes dos Grupos de Trabalho; **3)** Comissão Eleitoral CMLGBT (para pleno 2026/2028);

PARTICIPANTES DO GOVERNO: Maciel Nascimento (Presidente do Conselho Municipal LGBT), Rebeca Rodrigues (Assessora da Coordenação de Políticas para LGBTI+ da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania), Jhonatas da Silva (Suplente - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania), Alcione Ramos (Titular - Secretaria Municipal da Saúde), Wesley Ribeiro Carvalho Pimenta (Titular - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social), Nilda Keiko Toyomoto Ito (Suplente – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social), Luciana Gandelman (Titular – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho), Tatto Oliveira (Titular - Secretaria Municipal de Cultura), Valéria Gil de Souza (Suplente – Secretaria Municipal de Educação).

PARTICIPANTES DA SOCIEDADE CIVIL: Ideraldo Luiz Beltrame (Titular - Segmento de Homens Gays), Maciel Silva Nascimento (Presidente do Conselho Municipal LGBT - SINDSEP/S), Cíntia Abreu (Titular - Segmento de Mulheres Lésbicas), Reyna Destro Nogueira (Titular – Segmento das Mulheres Trans), Diego Alves Carvalho (Titular – ArtGay), Kel Fernando (Titular – Segmento de Homens Trans), Camilo Ferreira da Silva Nunes (Suplente – Segmento dos Homens Trans), Marcela Bosa (Segmento de Travestis), Andreza do Nascimento Almeida (Segmento de Mulheres Bissexuais).

CONVIDADO: Anderson (Museu da Diversidade Sexual).

A Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Políticas para LGBT+ foi realizada em formato online, no dia 14 de março de 2026, tendo início às 10h15, após a confirmação do quórum necessário para a abertura dos trabalhos.

Rebeca deu início à reunião, cumprimentando e agradecendo a presença de todas as pessoas participantes, bem como registrando a presença dos(as/es) novos(as/es) representantes do Conselho.

Maciel iniciou sua fala dando as boas-vindas aos novos integrantes do Conselho e informou que, em razão da realização de serviços de limpeza geral na sede da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania — local onde normalmente ocorrem as reuniões presenciais —, a presente reunião seria realizada exclusivamente em formato online.

Maciel sugeriu a ordem que as pautas fossem tratadas na reunião sendo elas:

- Editais lançados pelo Ministério dos Direitos Humanos;
- Situação dos Relatórios das Visitas aos 5 Centros de Referência LGBTI+;
- Alterações no Decreto que regulamenta este Conselho;
- Construção e andamento da Comissão Eleitoral CPLGBTI;
- Nota pública para debater os ataques a comunidade trans e a Deputada Erika Hilton, atual presidente da Comissão dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados.

Em seguida com a apresentação dos novos membros deste Conselho, sendo Tatto Oliveira e seu suplente Rodrigo Massi representantes da Secretaria Municipal de Cultura. Alcione Ramos – titular- e Ana Caroline como suplentes - representantes da Secretaria Municipal de Saúde. Para as cadeiras da Secretaria Municipal de Educação as senhoras Fabiana (titular) e sua suplente Valéria Gil.

Rebeca informou aos presentes que, até o momento, não houve retorno ao ofício encaminhado à Secretaria Municipal de Habitação, contendo as indicações para as cadeiras do CMLGBT.

Em seguida foi dado a palavra aos novos integrantes, que iniciaram suas falas cumprimentando a todas as pessoas presentes, Alcione Campiotto – Titular SMS – destacou sua satisfação em participar do espaço, ressaltando que é recente sua atuação na área técnica LGBTI+ dentro da Secretaria Municipal de Saúde, estando na Secretaria há 17 anos. Busca dar continuidade ao trabalho desenvolvido anteriormente por Tânia Corrêa. Destacou a importância dos espaços de participação social, ressaltando que a gestão em saúde deve estar atenta às demandas da população, ouvindo os usuários para compreender suas necessidades e, assim, promover uma assistência mais justa, digna e pautada na equidade.

Em seguida Valéria Gil de Souza, que é suplente da Secretaria Municipal de Educação, é professora de Educação Física, e atua na SME na divisão de – Esporte, Corpo e Movimento. Ressaltou que, no âmbito de sua atuação, são desenvolvidas ações voltadas às questões de gênero em diversas frentes, como

olimpíadas estudantis e formação de professores, enfatizando a importância de a educação incorporar um olhar atento à diversidade.

Tatto Oliveira - titular da Secretaria Municipal de Cultura - apresentou-se como gestor do Centro Cultural da Diversidade, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa, localizado no Itaim Bibi. Informou que participa da reunião por orientação do Secretário Adjunto e que não esteve presente no encontro anterior por compromissos institucionais. Destacou que o Centro Cultural está em funcionamento, com realização de atividades como produções audiovisuais, e reforçou a importância da ocupação do espaço pela comunidade LGBTI+ e pelo poder público, visando fortalecer ações conjuntas. Colocou o espaço à disposição para eventos, formações e atividades culturais, ressaltando que o local possui teatro com capacidade para 177 pessoas e já sediou ações da Coordenação e de instituições como o Museu da Diversidade, mantendo-se aberto a propostas do poder público e da sociedade civil.

Anderson, do Museu da Diversidade Sexual, manifestou satisfação em aproximar as ações do Museu do Conselho, destacando o interesse em fortalecer os vínculos com o órgão, que possui atuação técnica e estruturada na articulação com outras secretarias, como saúde, cultura e educação.

Logo após as devidas apresentações, dando continuidade aos trabalhos do dia, Maciel, pediu que o grupo trouxesse os informes dos Grupos de Trabalho, em especial o de Relações Institucionais.

Rebeca apresentou, especialmente aos novos integrantes, o processo de criação dos Grupos de Trabalho (GTs), bem como as demandas específicas às quais cada grupo se dedica. Atualmente, os GTs em funcionamento são: Relações Institucionais; Centros de Referência LGBTI+; e Regimento Interno.

Informou-se que os Grupos de Trabalho realizam reuniões mensais, geralmente em período anterior às reuniões ordinárias, com o objetivo de aprofundar os debates e elaborar encaminhamentos. Ressaltou-se que os GTs possuem caráter propositivo, não deliberativo, sendo necessária a aprovação de suas propostas pelo plenário do Conselho.

No âmbito do GT de Relações Institucionais, destacaram-se três processos em andamento:

No que se refere às propostas oriundas da Conferência Municipal, o documento-base já foi elaborado e submetido a um período de contribuições. Atualmente, encontra-se em fase de sistematização e ampliação, com vistas ao seu posterior encaminhamento, havendo previsão de avanços nas próximas semanas, embora o processo ainda não esteja concluído.

Quanto aos relatórios das visitas do CMLGBT aos Centros de Referência LGBTI+, informa-se que foram realizadas visitas a todas as unidades, com a elaboração de relatórios individuais. No momento, está em curso a consolidação de um relatório geral, incluindo a realização de reunião com gestores, os quais compartilharam desafios e experiências na execução das políticas públicas. A previsão é de apresentação na próxima reunião ordinária.

Por fim, no que tange ao Encontro Interconselhos, foi proposta a realização de uma articulação entre o Conselho LGBT e outros conselhos e comitês, inicialmente no âmbito municipal, com possibilidade de ampliação para o Conselho Estadual LGBT. A iniciativa tem como objetivo fortalecer o diálogo institucional e a articulação entre diferentes instâncias.

No que se refere ao Encontro Interconselhos, destacou-se a necessidade de elaboração de convocatória ou convite formal, contendo objetivo e justificativa, conforme orientação do Departamento de Participação Social (DPS), responsável pelo acompanhamento dos conselhos no âmbito da Secretaria.

Apresentou-se a possibilidade de adoção de dois formatos de encontro, bem como a eventual realização de ambos. O primeiro consistiria em um encontro com chamamento oriundo da sociedade civil vinculada ao CMLGBT, com o objetivo de promover uma experiência de troca entre conselheiros de diferentes colegiados, possibilitando o debate sobre políticas públicas e a compreensão do funcionamento dos demais conselhos. O segundo formato corresponderia à realização de encontro mediante convocatória formal, conforme orientação do DPS. Manifestou-se o entendimento de que há viabilidade para a realização das duas propostas.

Diante disso, foi aberta a palavra aos presentes para manifestações acerca dos formatos sugeridos, com posterior encaminhamento para deliberação pelo plenário.

Com a palavra, Tatto destacou o potencial de eventos e paradas LGBT+ como espaços estratégicos de aproximação com a população, considerando seu forte vínculo com a cultura e o lazer.

Nesse sentido, sugeriu-se que o Conselho atue nesses espaços com o objetivo de divulgar serviços públicos e políticas existentes, ampliando o acesso à informação. Ressaltou-se, ainda, a importância da articulação com iniciativas já consolidadas, visando fortalecer a visibilidade institucional do Conselho e ampliar o conhecimento da população sobre seus direitos.

Também foi sugerida a aproximação do Conselho com organizadores de eventos e das paradas LGBT+ no município, tendo em vista que tais espaços concentram expressiva participação da comunidade. Destacou-se que, em muitos casos, o público presente nesses eventos não possui conhecimento acerca dos serviços

disponíveis, tais como centros de referência, núcleos de direitos humanos e políticas públicas voltadas a diferentes públicos.

Na sequência, Maciel informou que estará presente no 7º Encontro de Paradas, a ser realizado nos dias 20 e 21, na qualidade de Conselheiro Nacional LGBT, integrando a mesa de abertura do evento.

No tocante à reunião de Interconselhos, foi proposto que o Conselho LGBT não defina, de forma isolada, o formato do encontro, mas que sua construção ocorra de maneira coletiva. Sugeriu-se, assim, a realização de uma reunião inicial com representantes de outros conselhos, de modo a possibilitar o diálogo conjunto sobre o formato e os objetivos da iniciativa. Destacou-se que, ainda que nem todos os convidados participem, a construção com os presentes já contribui para o fortalecimento do processo.

A proposta foi submetida à apreciação do plenário, com abertura para contribuições adicionais, sendo aprovada por unanimidade.

Como encaminhamento, foi informado que será solicitado a indicação de um representante de cada conselho, a fim de iniciar o diálogo sobre a proposta. Posteriormente, a discussão poderá ocorrer em reunião extraordinária ou no âmbito do Grupo de trabalho de Relações Institucionais.

Dando continuidade às pautas, Rebeca informou aos(as/es) presentes que a coordenadora Léo Áquilla acolheu e manifestou concordância com todas as modificações propostas para o Decreto nº 59.047/2019, referente ao CMLGBT. Informou-se que o documento se encontra em fase final de elaboração, havendo solicitação para seu encaminhamento até a próxima semana. A equipe buscará concluir o material de forma antecipada, com previsão entre quarta e quinta-feira, mantendo o grupo informado acerca do andamento.

Destacaram-se duas principais propostas de alteração: a ampliação da composição do Conselho e a possibilidade de reeleição de seus membros.

No que se refere à composição, propôs-se a inclusão de novas cadeiras da sociedade civil, contemplando representações intersexo, não binária e de migrantes internacionais. Considerando o princípio da paridade, sugeriu-se, ainda, a ampliação do número de representantes do poder público, com a inclusão de secretarias como Turismo, Pessoa com Deficiência e Segurança Alimentar, reconhecendo-se que a pauta LGBT+ dialoga de forma transversal com diversas áreas.

Quanto à reeleição, apontou-se a necessidade de revisão do tempo de mandato, atualmente fixado em dois anos, com proposta de ampliação para três anos. Argumentou-se que o período vigente se mostra insuficiente para o pleno desenvolvimento das ações, em razão do tempo despendido com processos

eleitorais e de transição. A proposta visa assegurar maior continuidade às políticas públicas, bem como possibilitar a recondução dos atuais conselheiros.

Ressaltou-se a importância de conferir celeridade às alterações no decreto, de modo que possam ser consideradas antes da publicação do próximo edital eleitoral, possibilitando a participação dos atuais membros. As demais alterações foram caracterizadas como pontuais, relacionadas ao funcionamento interno do Conselho.

A conselheira Reyna destacou o reconhecimento à atuação da coordenadora Léo Áquilla, ressaltando sua disponibilidade e empenho no apoio às demandas e às atividades do Conselho.

Com a palavra, Cinthia ressaltou que o Conselho apresenta uma dinâmica de funcionamento colaborativa, marcada pela ausência de disputas acirradas ou conflitos internos, prevalecendo o diálogo e a construção conjunta nas decisões.

A conselheira Marcela apresentou suas considerações acerca do árduo trabalho envolvido na efetivação de direitos em uma cidade de grande porte como São Paulo, destacando que as ações desenvolvidas possuem potencial de influenciar outros municípios. Ao final, elogiou o grupo e a forma de construção coletiva da qual fez parte ao longo de seu mandato.

Kel Fernando destacou que o bom funcionamento do Conselho decorre do compromisso coletivo de seus integrantes, tanto da sociedade civil quanto do poder público, os quais compartilham uma atuação pautada na unidade e na cooperação. Ressaltou a ausência de disputas internas e a construção conjunta das ações, orientadas pelo interesse comum.

Acrescentou, ainda, que essa postura tem contribuído para o fortalecimento da representatividade do Conselho, servindo como referência para outras localidades. Enfatizou a importância da coletividade, da interseccionalidade e da união como fundamentos para o fortalecimento das políticas públicas.

Por fim, manifestou satisfação com a participação e o engajamento de todas as pessoas, destacando que as relações construídas transcendem o âmbito institucional, fortalecendo também os vínculos interpessoais entre os integrantes.

Na sequência, destacou-se a necessidade de definição da Comissão Eleitoral, a ser composta de forma paritária entre sociedade civil e poder público, com três representantes de cada segmento. Foi solicitada a indicação de três nomes oriundos da sociedade civil, ressaltando-se que os integrantes da Comissão não poderão se candidatar no processo eleitoral.

Cinthia indicou o nome de Alessandra Acedo, que já integrou o Conselho Estadual.

Encaminhou-se que a Comissão conte com, ao menos, um membro do atual Conselho, de modo a garantir sua participação no processo, sendo os demais nomes indicados pela sociedade civil.

Ressaltou-se, ainda, a importância de que os integrantes possuam disponibilidade, conhecimento e capacidade de atuação, considerando os prazos reduzidos e a necessidade de realização de reuniões frequentes, bem como a elaboração de edital claro e elucidativo.

Por fim, foi estabelecido o prazo até o dia 23 de março para a definição e o encaminhamento dos nomes.

Em continuidade, o grupo passou à discussão de propostas relacionadas à recente publicação de decretos e editais voltados ao combate à violência e à LGBTfobia no município. Destacou-se, em especial, o edital em homenagem a Luana Barbosa, no contexto dos 10 anos de sua morte — ainda sem julgamento —, considerado um caso emblemático de lesbofobia e violência de Estado.

Conforme apontado por Cinthia, também foi mencionado edital voltado ao apoio de ações de enfrentamento à lesbofobia, bem como a abertura de adesão dos municípios a um programa de combate à LGBTfobia por meio dos conselhos municipais, considerado estratégico para o fortalecimento das políticas públicas e da atuação do Conselho.

Ressaltou-se a importância de fomentar tais iniciativas em articulação com o município, sendo todos os editais devidamente compartilhados no grupo oficial do Conselho. Não havendo manifestações contrárias, a proposta foi aprovada pelo grupo.

Na sequência, em apoio à deputada Erika Hilton, diante dos ataques sofridos após sua eleição como presidenta da Comissão dos Direitos da Mulher na Câmara dos Deputados, em Brasília, Maciel propôs que o grupo se manifestasse publicamente em apoio à parlamentar, com vistas ao enfrentamento do racismo e da LGBTfobia, dos quais tem sido reiteradamente vítima. Destacou-se que tais ataques também mobilizam discursos que atingem diferentes formas, contribuindo para a objetificação dos corpos femininos.

Ressaltou-se a importância da elaboração de uma nota de posicionamento, contemplando não apenas a pauta de forma geral, mas também o apoio à parlamentar, com sua devida nomeação, como forma de fortalecer o posicionamento institucional do Conselho.

Enfatizou-se que não basta a ausência de preconceito, sendo necessária a adoção de uma postura ativa no enfrentamento às discriminações. Nesse sentido, destacou-se a importância de uma atuação antirracista, antitransfóbica, antimachista e

contrária a todas as formas de opressão, reafirmando o compromisso com a promoção da igualdade e dos direitos.

A pauta foi aprovada por unanimidade entre os conselheiros.

Para a construção do referido documento, foi acordada, de forma conjunta, a participação da área da saúde no debate, a fim de contribuir com a contextualização sobre identidade de gênero para além de uma perspectiva estritamente biológica.

Valéria Gil destacou a importância de abordar a inclusão de mulheres trans sem reforçar narrativas de oposição entre mulheres, ressaltando que tal lógica fragiliza a luta coletiva e reproduz práticas machistas. Enfatizou-se que a inclusão não retira direitos, mas amplia a representatividade.

Também foi ressaltada a necessidade de considerar a interseccionalidade, reconhecendo as diferentes realidades e desigualdades enfrentadas, especialmente por mulheres trans, negras e periféricas. Nesse contexto, apontou-se a importância de qualificar o debate, reforçando a unidade e o fortalecimento coletivo.

Destacou-se, ainda, a relevância de incluir no debate temas como a exclusão de pessoas trans no esporte, bem como a necessidade de considerar marcadores como raça, evidenciando os impactos interligados do racismo e da transfobia.

Ressaltou-se que os ataques recentes não são isolados, mas se inserem em um contexto político mais amplo, inclusive internacional, que busca enfraquecer direitos e debates já conquistados, afetando diretamente a população LGBTQIAPN+.

Reforçou-se, portanto, a importância de um posicionamento coletivo diante desse cenário. Como encaminhamento, sugeriu-se a elaboração de uma nota conjunta, com redação inicial por alguns membros e posterior contribuição e aprovação pelo plenário do Conselho.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12h, com agradecimentos do Presidente Maciel e da Rebeca às pessoas presentes, pela participação e pelo compromisso com a defesa dos direitos da população LGBTQIAPN+.

Informou-se, por fim, que a presente ata será encaminhada às pessoas participantes para apreciação e, após leitura e aprovação, será devidamente publicada.